

JORNAL DA TARDE

A Coréia que Sarney não vê e que o PMDB não quer

- 8 DEZ 1967

A beira-mar plantado, no agradável balneário mexicano de Acapulco, o presidente José Sarney, segundo seus amigos mais diletos e os jornalistas mais ligeiros, "brilhou intensamente" ao liderar outros sete presidentes latino-americanos na confecção e assinatura de um documento que transfere para os países desenvolvidos — principalmente os Estados Unidos — toda a responsabilidade pelas dificuldades econômicas, sociais e políticas das nações situadas do lado de baixo do Equador.

Ainda segundo as notícias "vazadas" após o desembarque da comitiva presidencial, em Brasília, o presidente estaria profundamente agastado com as repercussões internas de sua performance no México, que não teria merecido nenhum grande aplauso dos brasileiros, a não ser dos áulicos de sempre, em contraste com o que aconteceu em Acapulco, onde ele foi uma grande estrela, voz dominante nas reuniões dos oito presidentes e o mais procurado pela imprensa internacional para dar entrevistas e explicar o que estava sendo decidido.

Numa dessas entrevistas, concedida ao jornal *Excelsior*, da capital mexicana, o presidente Sarney pintou com realismo a triste realidade latino-americana, constatando que esta é a única região do mundo que continua caminhando para trás, em termos econômicos, em meio à prosperidade geral e que corremos o sério risco de nos consolidarmos nesta posição marginal em função do nosso crescente atraso tecnológico que, se não for recuperado a tempo, nos porá definitivamente numa situação de dependência em relação aos países tecnologicamente mais avançados do planeta. Para ilustrar o que estava afirmando, o presidente Sarney deu alguns exemplos concretos, lembrando que há menos de 40 anos a Argentina exibiu um desenvolvimento econômico maior que o de muitos países europeus e que nenhum país do nosso continente tinha rendas per capita inferiores aos dos países da Ásia e da África, o que já não acontece hoje. O presidente mencionou especificamente os casos da Coréia do Sul e de Taiwan como exemplos de países que, tendo partido de condições enormemente inferiores em termos de desenvolvimento econômico das que se encontravam os países do nosso continente, poucas décadas atrás, não só alcançaram os nossos padrões de desenvolvimento como os ultrapassaram em muito.

O sr. Sarney e seus interlocutores de Acapulco, porém, não estavam lá para procurar respostas, mas para afirmar uma "verdade": a de que eles próprios nunca fizeram nada que pudesse contribuir negativamente para o desenvolvimento de seus países. Que todos os nefastos resultados econômicos que temos colhido não advêm, como pensam os seus súditos, da aplicação das suas políticas econômicas arcaicas, cheias de interferências arbitrárias e violentas do Estado — como as reservas de mercado que impedem a modernização tecnológica, por exemplo — ou da dilapidação sistemática dos dinheiros públicos por máquinas administrativas viciadas dos pés à cabeça. Todos os resultados nefastos que temos colhido vêm, na verdade, como afirmava o documento de Acapulco, "da influência do imperialismo lanque e do peso da dívida externa". Nós, latino-americanos, não temos de mudar nada. Temos apenas de nos unir em nossa incapacidade para obrigar o resto do mundo a sustentá-la.

Se estivesse procurando respostas, o sr. Sarney poderia encontrá-las estudando o exemplo da Coréia do Sul que ele mesmo citou.

Os números do sucesso coreano são eloquentes, como mostrou nosso repórter Miguel Angelo Filiage em uma reportagem publicada no *Jornal da Tarde* de ontem: a Coréia exportará este ano 43 bilhões de dólares, quase o dobro do Brasil; tem uma inflação de primeiro mundo — 4% ao ano; tem um dos maiores índices de alfabetização do mundo — 98%; os coreanos têm uma renda per capita de 2.500 dólares (no Brasil é 500 dólares).

E todo este salto fantástico foi dado em menos de 30 anos: no início dos anos 50 os coreanos não tinham a menor idéia do que era um carro; durante a dominação japonesa (cerca de 35 anos a partir de 1910) quase todos os coreanos eram analfabetos; a renda per capita há 20 anos não passava dos 80 dólares. E isto num país que tem um território cerca de 80 vezes menor do que o brasileiro, onde só 20% das terras são planas, altamente populoso (43 milhões de habitantes), que não produz uma gota de petróleo e importa quase todas as matérias-primas que utiliza. E, além disso, "suporta o peso" de uma dívida externa de 42 bilhões de dólares proporcionalmente muito maior que a dívida brasileira, seja em relação ao seu PIB, seja em relação à sua população. Ao contrário do Brasil, a Coréia mantém em dia o pagamento dos juros e as amortizações do principal de toda esta dívida e ainda gera um superávit, calculado para este ano em 6 bilhões de dólares e continua caminhando para frente em velocidade cada vez maior.

A fórmula encontrada pelos coreanos para conseguir esse "milagre" (que, de milagre, na realidade, não tem nada) é muito simples e contradiz totalmente o ideário de Acapulco, pelo qual o presidente Sarney gostaria de ter sido aplaudido no Brasil. A economia, por exemplo, é totalmente internacionalizada. Os investimentos estrangeiros, principalmente em setores de alta tecnologia como os que, no Brasil, são "reservados" a quem não pode explorá-los, não só são bem-vindos como são avidamente disputados, contando com todo o tipo de incentivo do governo. Além disso, 70% dos investimentos no país são realizados pela iniciativa privada. Entre nós, mais de 70% da economia está nas mãos do Estado e, se depender dos xiitas da Constituinte e do que prega o documento dos oito liderados por Sarney, esse porcentual irá crescer inclusive em função da saída definitiva dos grandes investidores estrangeiros do País.

Os governos coreanos deram prioridade aos investimentos em educação em vez de ficar administrando hotéis, fabricando aço, vendendo gasolina, coisas que a iniciativa privada já comprovou fazer muito melhor. Para melhorar a educação do seu povo, o Estado na Coréia do Sul, como diz nossa reportagem, age simultaneamente em três frentes: incentiva empresas a montar seus departamentos de pesquisas, banca estudantes em universidades (principalmente norte-americanas) e sofisticada, internamente, seu ensino, importando dos Estados Unidos, Europa e Japão professores-doutores para as universidades. Nossos governos preferem "defender nossa soberania" evitando que sejamos "culturalmente colonizados" e zelando para que continuemos soberanamente analfabetos. Enquanto isso, vão enterrando dinheiro em coisas fundamentais como a Ferrovia do Aço, o Programa Nuclear, a Ferrovia Norte-Sul...

O que não falta, também, é senso de responsabilidade e dedicação ao trabalho (por falar nisso, ontem foi feriado em Brasília e os burocratas e políticos tiveram mais um fim de semana prolongado). Na Coréia, o expediente normal é de oito horas de trabalho, mas sempre que é preciso os trabalhadores se oferecem à empresa para fazer horas extras, gratuitamente. Trabalha-se de segunda a sábado, mais de 50 horas semanais, com direito a apenas dez dias de férias por ano. Enquanto isso, a nossa Constituinte trabalha para tornar impossível o trabalho no Brasil...

Podemos considerar muito saudável o fato de a população brasileira não haver-se entusiasmado nem um pouco com a performance de seu presidente no México. Acapulco foi apenas um show de retórica, coisa que os políticos latinos, particularmente, adoram, mas que nem todos, hoje em dia, levam a sério. O sr. Sarney, infelizmente para nós, é dos poucos que ainda levam a sua irresponsabilidade além das palavras. A Coréia do Sul é a realidade que o presidente Sarney cita, mas ainda não compreendeu, e de que os fósseis do PMDB nem querem ouvir falar: onde esta realidade se impõe, políticos como eles desaparecem.

26
a 30